

# **Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados**

*Apresentado  
2026-10-25*



## **Ficha Técnica**

Título: Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados

Autores: Direção de Serviços de Monitorização e Informação DMI/Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária DPI/EMPECO/Formação

Editor: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Morada: Alameda das Linhas de Torres, n.º 117 - Edifício D. Carlos I, 2.º andar - 1750-147 Lisboa

Edição: Outubro 2016

Esta informação está disponível no sítio web do Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências, <http://www.sicad.pt>

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

# Modelo de Intervenção sobre Comportamentos Aditivos nas Autarquias, Municípios e Serviços Municipalizados

Direção de Serviços de Monitorização e Informação DMI/Divisão de Prevenção e  
Intervenção Comunitária DPI/EMPECO/Formação

10/10/2016



# Índice

<b>ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>7</b>
<b>MODELO DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>OBJETIVOS GERAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>12</b>
<b>RECURSOS HUMANOS E ENTIDADES ENVOLVIDAS.....</b>	<b>13</b>
<b>ATIVIDADES E PROJETO FORMATIVO .....</b>	<b>14</b>
<b>CONTEÚDOS FORMATIVOS .....</b>	<b>16</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>19</b>



## ENQUADRAMENTO

As Câmaras Municipais constituem os órgãos executivos colegiais de cada município de Portugal. Por extensão, o termo “câmara municipal” também se refere ao conjunto de departamentos e serviços da administração municipal.

São muito variadas as diferentes competências e áreas de atividade das autarquias incluindo a ação social, a cultura, o ambiente, o desporto, o naturismo, o turismo e a proteção civil, entre outras.

A operacionalização de algumas destas atividades comporta a exposição a riscos significativos como por exemplo a recolha de resíduos sólidos, a condução de máquinas e viaturas ou o tratamento de águas residuais. A adicionar à exposição a fatores de risco de natureza biológica, química ou de natureza física há que considerar também outros fatores de risco de natureza individual, ligados a comportamentos ou estilos de vida que podem potenciar a exposição e os efeitos dos referidos fatores de risco profissionais.

Relativamente a comportamentos individuais e porque se trata de um problema transversal a toda a sociedade com reflexos importantes na saúde e segurança do próprio ou de terceiros, salienta-se o consumo de álcool ou de outras substâncias psicoativas.

Do ponto de vista laboral, as câmaras municipais constituem empresas de grande ou média dimensão. A prestação de serviços de saúde e segurança aos trabalhadores das autarquias, abrange várias modalidades com predomínio de serviços internos na vertente de segurança e de prestadores externos na área da saúde. Naturalmente, a abordagem primordial dos prestadores incide nos diferentes fatores de risco de índole profissional e nas suas repercussões sobre a saúde.

A problemática do consumo de substâncias psicoativas não tem sido suficientemente focada neste contexto, embora diversos intervenientes nos locais de trabalho (chefias, gestores, representantes dos

trabalhadores) considerem, em múltiplas situações, esta temática muito importante, referindo a necessidade de intervenção quer em termos pontuais, quer de continuidade.

Assim, o SICAD tendo em consideração:

- O expresso no que se refere ao Contexto Laboral no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013 -2020;
- As ações referentes ao Meio Laboral constantes no Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016;
- Os dados relativos a Consumos em Meio Laboral do III Questionário Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa 2012;
- A necessidade sentida e expressa por atores-chave do meio laboral nomeadamente responsáveis autárquicos;
- Que as câmaras municipais integram a administração pública local e são parceiras do SICAD em muitas das ações no âmbito da redução dos comportamentos aditivos;
- A experiência acumulada na intervenção em empresas e autarquias (Projeto Eurídice, por exemplo) na temática apresentada neste documento.
- Os modelos comprehensivos e de influência social indicam a existência de fatores de risco e de proteção que influenciam as atitudes e os comportamentos dos sujeitos em relação ao consumo de substâncias psicoativas e outros comportamentos aditivos CAD, com diferentes matrizes de natureza biológica, psicológica e social, endógenos ou exógenos aos indivíduos que e atravessam os vários domínios da sua vida. (IOM, 1994/2009)<sup>1</sup>.

Propõe que o Modelo “**Prevenir e Intervir em Contexto Laboral**” destinado prioritariamente a Autarquias, Câmaras Municipais, incluindo

<sup>1</sup> PNRCAD 2020

os Serviços Municipalizados, se constitua um documento de referência para a intervenção nesta matéria. A sua construção reflete o trabalho desenvolvido até à data na intervenção em autarquias e empresas, bem como a exequibilidade da metodologia utilizada.

## MODELO DE INTERVENÇÃO

### INTRODUÇÃO

Os problemas associados ao consumo de álcool e outras substâncias psicoativas devem ser alvo de uma intervenção integrada com foco na prevenção e dissuasão mas, contemplando também, as vertentes de tratamento, acompanhamento e reintegração de trabalhadores com problemas.

A planificação das ações e a intervenção devem contar com a participação de todos os atores de organização com implicações nesta matéria: órgãos decisores / chefias intermédias e diretas, Serviço de Segurança e Saúde do Trabalho, recursos humanos, ação social, representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho e os próprios trabalhadores.

Esta abordagem exige a implementação de um conjunto diversificado de ações suscetíveis de afetar positivamente a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores. Implica também que as questões de segurança e saúde não sejam tratadas separadamente. Devem ser entendidas como um todo de forma interdependente e complementar, devendo ser operacionalizadas em ações concertadas e integradas.

A problemática dos comportamentos aditivos não deve também ser perspetivada numa ótica isolada mas integrada numa política de promoção da saúde abrangente da entidade.

Os projetos de promoção de segurança e saúde no trabalho devem contemplar a questão dos problemas ligados aos consumos e a outros comportamentos aditivos no que respeita à prevenção e ao acompanhamento de situações concretas detetadas no seio da autarquia e/ou serviços municipalizados.

Na promoção da saúde e segurança no trabalho, o trabalhador tem um papel ativo e tem responsabilidades na gestão das suas ações,

nomeadamente no que diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas.

Neste contexto, a ênfase coloca-se a nível individual no que concerne a consumos e não na substância propriamente dita. Por outras palavras, o foco é o trabalhador e não a substância. Isto significa, em termos práticos, que a mera presença de uma substância psicoativa ou metabolito no organismo do trabalhador poderá ou não afetar o desempenho das suas funções profissionais, havendo necessidade de remeter para uma abordagem no seio da saúde ocupacional a avaliação do estado de influência decorrendo daí, a aptidão /não-aptidão para o trabalho.

A implementação de um projeto centrado em ações preventivas, é menos onerosa do que os eventuais custos ou a reparação de danos relacionados com comportamentos aditivos. Além da diminuição da despesa direta imputada ao tratamento e reintegração do trabalhador, o desenvolvimento de políticas e programas com foco na prevenção do consumo de substâncias psicoativas faz aumentar a produtividade e a competitividade da organização e melhorar a sua imagem na comunidade.

As medidas implementadas nas autarquias ou nas empresas municipais traduzem-se, a breve prazo, em benefícios para os trabalhadores e para as próprias organizações, embora possam ser dificilmente quantificáveis. Projetos orientados para a promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores, que integrem programas de assistência aos trabalhadores, campanhas informativas, formação de dirigentes e trabalhadores e outras intervenções neste domínio, refletem culturas organizacionais, que incorporam conceitos e princípios de cidadania e gestão da coisa pública.

As intervenções centradas na organização do trabalho, e mais especificamente na redução dos fatores de risco para um grupo mais ou menos extenso de trabalhadores, constituem medidas de prevenção

ou de resolução orientada para o problema (Uva, 2006). As intervenções a nível organizacional que o SICAD tem desenvolvido têm-nos demonstrado que os projetos preventivos deverão ter alguma consistência temporal e não ser apenas ações isoladas e pontuais. A intervenção deverá nortear-se segundo a evidência científica e envolver técnicas que exijam interação e envolvimento pessoal, de forma a aumentar a probabilidade de adesão dos trabalhadores.

A especificidade das intervenções formativas deverá ter suporte da legislação nesta matéria tal como a Lei n.º 67/98 de 26 de Outubro que define o regime jurídico de dados pessoais, a Deliberação Nº 41 /2006 e 890/2010 aplicável aos tratamentos de dados no âmbito da Gestão da Informação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho bem como o documento "Segurança e saúde no trabalho e a prevenção do consumo de substâncias psicoativas: linhas orientadoras para a intervenção em meio laboral", entre outras.

O modelo de intervenção designado por **Prevenir e Intervir em Contexto Laboral** destinado prioritariamente a Autarquias, Municípios, incluindo os Serviços Municipalizados comporta os seguintes objetivos gerais e específicos:

### **OBJETIVOS GERAIS**

Contribuir para a promoção da saúde e segurança no trabalho através da promoção de estilos de vida saudáveis e da prevenção do consumo de substâncias psicoativas.

Minimizar os danos para a saúde dos trabalhadores através de ações integradas no âmbito da redução dos comportamentos aditivos.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Identificar os vários tipos de fatores de risco pelo consumo de substâncias;

Consciencializar as consequências dos consumos de substâncias psicoativas no trabalho;

Difundir noções básicas sobre os problemas associados aos consumos de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas;

Valorizar a relação de ajuda no âmbito da organização, como meio para promover a saúde e segurança do trabalho, no que concerne ao consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas;

Definir circuitos expeditos de resposta a situações problemáticas no âmbito do consumo de substâncias psicoativas;

Apoiar a entidade no desenvolvimento de políticas de saúde, programas e projetos de promoção da saúde e de prevenção e redução dos comportamentos aditivos.

### RECURSOS HUMANOS E ENTIDADES ENVOLVIDAS

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) (Equipa Meio Laboral);

- Autarquias, Câmaras Municipais (eventualmente Juntas de Freguesia), Serviços Municipalizados ou Empresas Municipais, Departamentos, Serviços e colaboradores com interferência direta ou indireta no projeto, Medicina no trabalho (interna ou externa);
- Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências das Administrações Regionais de Saúde<sup>2</sup> (DICAD);
- Centros de Respostas Integradas (CRI) da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (profissionais com competências no âmbito da intervenção em Meio Laboral) Equipas de tratamento do CRI ou Unidades de Intervenção Local dos CRI.
- Outras estruturas de saúde.

O modelo de intervenção designado de “**Prevenir e Intervir em Contexto Laboral**” destinado prioritariamente a Autarquias tem adotado

<sup>2</sup> A operacionalização das ações pode competir diretamente à DICAD da ARS ou diretamente aos CRI da área geográfica da autarquia.

as seguintes fases de projeto, não obstante ser adaptável a cada uma das realidades locais.

## ATIVIDADES E PROJETO FORMATIVO

1. Reunião inicial com responsáveis autárquicos e com a presença do CRI e DICAD para levantamento das questões e preocupações no âmbito dos consumos de substâncias psicoativas pelos colaboradores da entidade. Nesta reunião, procuram-se fazer um diagnóstico prévio e definir em linhas gerais os objetivos do projeto bem como as potenciais ações a desenvolver por parte dos intervenientes;
  - a) Definição dos conteúdos para a conceção de um material desdobrável informativo ("flyer") contendo as linhas gerais do projeto;
  - b) Elaboração de um "flyer", que inclui um pequeno questionário anónimo que deverá ser respondido pelos trabalhadores sobre representações destes sobre o consumo de substâncias psicoativas;
  - c) Definição da forma de distribuição do "flyer" e respetiva recolha do questionário, de forma anónima e confidencial. Antes da sua distribuição aos trabalhadores o folheto deve circular entre as diferentes entidades que colaboraram no projeto para propostas que o tornem mais atrativo e eficaz a nível comunicacional transmitindo uma comunicação acessível e objetiva sobre a temática;
  - d) Tratamento e análise das respostas aos questionários realizado, pelo SICAD, em colaboração com a DICAD e/ou a Autarquia
  - e) Produção dos referenciais formativos das ações a adotar de acordo com o teor das respostas;

- f) Apresentação formal do projeto a responsáveis e atores-chave da Autarquia bem como dos resultados do questionário aos trabalhadores.
  - g) Discussão dinâmica, envolvendo os colaboradores das unidades de saúde e os colaboradores da estrutura autárquica, de forma a contribuir para eventuais alterações ao desenho inicial do projeto caso haja necessidade;
2. Planeamento e operacionalização das ações formativas ajustadas às necessidades identificadas com cronograma acordado entre as entidades participantes:
- 2.1 – Ações formativas a chefias e outros atores-chave da entidade;
  - 2.2 - Ações de sensibilização a trabalhadores.
- a) Execução das ações de formação e sensibilização. A primeira de cada uma das ações de formação e de sensibilização são da responsabilidade do SICAD, sendo as restantes ações levadas a efeito pela equipa do CRI da área geográfica da autarquia;
  - b) Avaliação intermédia, que incide essencialmente sobre o processo e dirigida a chefias e outros colaboradores com responsabilidades na temática. O objetivo desta avaliação intermédia é eventualmente proceder-se a correções e ajustamentos do processo;
  - c) Criação/Reforço do circuito de procedimentos para encaminhamento a estruturas de saúde adequadas (SNS, CRI, Unidades de Alcoologia, Unidades de Desabituação, Hospitais....) de trabalhadores com problemas ligados ao consumo de substâncias psicoativas;
  - d) Avaliação do Projeto da competência do SICAD (preferencialmente deve incluir as vertentes "processo" e "impacto");

- e) Apresentação dos resultados aos parceiros (Câmara Municipal, DICAD, CRI e outros parceiros) em sessão pública, suporte de papel ou divulgação através de meios informáticos.

O modelo de intervenção “Prevenir e Intervir em Contexto Laboral” propõe que os conteúdos formativos quer sejam de formação ou de sensibilização se desenvolvam de acordo com objetivos diferenciados e conteúdos com níveis de profundidade ajustados aos destinatários.

## CONTEÚDOS FORMATIVOS

### **A - Formação para Chefias, Quadros, Profissionais da Equipa de Saúde Ocupacional, Representantes dos Trabalhadores**

Duração: 3,5 horas de ação formativa

#### 1- Substâncias Psicoativas

- a) Principais substâncias psicoativas – álcool, tabaco e outras. Principais efeitos na saúde dos consumidores;
- b) Mitos / realidades associados ao consumo de bebidas alcoólicas;
- c) Padrões de consumo.

#### 2 - Problemas laborais relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas em contexto laboral

#### 3 – Política de Saúde e Segurança da entidade no âmbito do Consumo de Substâncias Psicoativas. Programa de Saúde. Regulamento. Aplicação de testes.

- a) Promoção de estilos de vida saudáveis. Redução dos fatores de risco;
- b) Papel das chefias.

#### 4 – Responsabilidade social e comunitária dos atores-chave

#### 5 – Respostas disponíveis e rede de referenciação.

- a) Estruturas e tipo de respostas.

## B – Ação de Sensibilização para trabalhadores

### Duração: 2,5 horas de ação de sensibilização

#### 1- Substâncias Psicoativas

- a) Principais substâncias psicoativas – álcool, tabaco e outras. Principais efeitos na saúde dos consumidores;
- b) Mitos / realidades associados ao consumo de bebidas alcoólicas;
- c) Padrões de consumo.

#### 2 – Consumo de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas em contexto laboral. Problemas e consequências para o próprio e terceiros.

A formação dirigida a profissionais de saúde poderá, ser equacionada com a construção de um modelo formativo adequado mais abrangente e profundo incluindo conteúdos diferenciados, tais como:

- a) "Cadeia de custódia";
- b) Avaliação do estado de influência e o exame de funções mentais e de coordenação motora;
- c) Aspetos éticos e deontológicos relacionados com a confidencialidade;
- d) Riscos profissionais;
- e) Outros potenciais riscos

**Em conclusão:**

O Modelo de intervenção proposto é uma estratégia para uma reorganização individual e institucional, cujo investimento bem planeado produz mudanças na vida organizacional minimizando condutas de risco, incrementando o nível de saúde da população trabalhadora, diminuindo o absentismo e aumentando a produtividade entre outros aspectos importantes para a imagem social de uma estrutura saudável.

## BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, J. J. (2007). Álcool e drogas em meio laboral. Lisboa: Almedina.
- Castro, M & outros. (2011). - Segurança e saúde no trabalho e a prevenção do consumo de substâncias psicoativas: linhas orientadoras para intervenção em meio laboral,. Lisboa: IDT, ACT
- Confederación Sindical de Comisiones Obreras (2003) Alcohol y Drogas en el local de Trabajo. Madrid: Secretaria Confederal de Medio Ambiente y Salud Laboral.
- Organização Internacional do Trabalho. (2003). Problemas ligados ao álcool e a drogas no local de trabalho: Uma evolução para a prevenção (edição portuguesa de 2008). Lisboa: Autoridade para as Condições aos Trabalho.
- Pompidou Group, Committee on Ethical Issues and Professional Standards. (2008). Drug Testing at School and in the Workplace (P-PG/Ethics (2008)5). Strasbourg: Council of Europe.
- Pompidou Group, Co-operation Group to Combact Drug Abuse and Illicit Trafficking in Drugs. (2003). Ethics and drug use: seminar on ethics, professional standards and drug addiction (P-PG/Ethics (2003)4). Strasbourg: Council of Europe.
- Uva, A. S. (2006). Diagnóstico e gestão do risco em saúde ocupacional. Lisboa: Instituto da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

[Atraia a atenção do seu leitor colocando uma boa citação no documento ou utilize este espaço para enfatizar um ponto chave. Para colocar esta caixa de texto noutro local da página, arraste-a.]



Serviço de Intervenção nos  
Comportamentos Aditivos  
e nas Dependências